

EXCESSO DE PESO EM CRIANÇAS E ADOLESCENTES: A OUTRA FACE DA INSEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL

Felipe Silva Neves¹, Isabela de Oliveira Morgado¹, Ana Paula Carlos Cândido¹

No Brasil, na década de 2003 a 2013, a implantação de ações e políticas públicas de proteção social com o intuito de superar a extrema pobreza – tendo como exemplos a Estratégia Fome Zero, o Programa Bolsa Família, o Programa de Aquisição de Alimentos, o Plano Brasil Sem Miséria etc. – acarretou expressivas evoluções da Segurança Alimentar e Nutricional (SAN), particularmente no que concerne ao acesso universal à alimentação.^{1,2}

Todavia, mesmo que o País tenha cumprido, em 2014, a meta de erradicação da fome e da miséria perante os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio firmados junto à Organização das Nações Unidas,³ uma crescente parcela da população, sobretudo crianças e adolescentes, tem se tornado habituada a adquirir alimentos não saudáveis.^{4,5,6}

Nessa perspectiva, o consumo excessivo de produtos embalados, congelados, preparados e ultraprocessados representa um grave obstáculo na atualidade que perpassa todos os níveis socioeconômicos,^{6,7} postergando, assim, maiores avanços nos campos da saúde e da alimentação, especialmente para as famílias de baixa renda. Logo, pode-se inferir que a SAN – cuja definição possui uma ótica abrangente, multidimensional e integradora –⁸ não está sendo alcançada em sua plenitude.

O Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (IBASE), por meio do relatório-síntese sobre as repercussões do Programa Bolsa Família na SAN, revelou, já, em 2007, que as famílias beneficiárias haviam aumentado a ingestão de biscoitos, óleos e gorduras, açúcares e produtos industrializados. Em termos gerais, os alimentos de alta densidade calórica e baixo teor nutritivo prevaleciam na decisão de consumo.⁹

A fase qualitativa desse inquérito – realizada em 15 cidades, de cinco estados brasileiros, contemplando titulares do benefício, gestores municipais do Programa e membros de instâncias de controle social – apontou que as famílias priorizavam não só a compra de alimentos básicos e de preço acessível, capazes de propiciar saciedade e energia, mas também aqueles ligados aos desejos das crianças.⁹ À vista disso, ressalta-se que há um universo de dimensões negligenciadas que compõem o ato alimentar. A disposição das gôndolas nos supermercados, os artifícios por detrás da elaboração de rótulos, o *marketing* das redes de lanches rápidos e a publicidade dirigida à faixa etária infanto-juvenil constituem apenas algumas das questões implicadas.⁷

É ainda mais alarmante o fato de a circunstância antagônica à SAN, ou seja, a insegurança alimentar – demarcada por vivência de preocupação/incerteza acerca do acesso aos alimentos, alterações qualitativas e quantitativas da dieta, restrição da alimentação e fome –¹⁰ não se manifestar em carências nutricionais e suas consequências físico-biológicas, mas sim em sobrepeso/obesidade.¹¹

Notadamente, a primeira justificativa para isso consiste na expansão do consumo de alimentos de baixo custo e elevada densidade calórica, conforme relatado. Outras explicações provêm das seguintes teorias: (a) as adaptações metabólicas do organismo, que tendem a poupar energia em resposta a longos e recorrentes períodos de jejum, inclusive no estágio intrauterino em que a gestante apresenta desnutrição; (b) os aspectos psicossociais, como a ansiedade e o estresse, associados à pobreza e à restrição alimentar involuntária, que podem desencadear transtornos alimentares caracterizados por um padrão dietético inadequado.^{1,11}

Corroborando tais evidências, Rocha et al.,¹² por intermédio de revisão sistemática da literatura, demonstraram a associação da insegurança alimentar com a presença de fatores de risco cardiometabólicos em crianças e adolescentes. Entretanto, os esclarecimentos dos autores ficaram limitados em virtude da escassez de referências e da complexidade observada para essa relação – a sinergia existente entre os próprios fatores de risco, a avaliação de grupos heterogêneos e a influência de variáveis ambientais –.

Em suma, no caso de populações mais pobres e vulneráveis, é possível que o excesso de peso seja uma consequên-

¹ Departamento de Nutrição, Instituto de Ciências Biológicas, Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF). Juiz de Fora, MG, Brasil. E-mail: felipe.sneves@hotmail.com.

cia da fome.^{1,11} Porém, a inserção dessa lógica no arcabouço conceitual da SAN é contraintuitiva para o censo comum, parecendo se tratar de um paradoxo.¹ Ademais, enfatiza-se que a melhoria da renda não prediz obrigatoriamente boas escolhas alimentares, sendo fundamental avançar em medidas intersetoriais, de cunho estrutural, que incidam sobre o sistema vigente em favor da saúde e do direito humano à alimentação adequada.⁷ É necessário, portanto, que as políticas públicas brasileiras deixem de ser apenas compensatórias, focais e isoladas.

REFERÊNCIAS

1. Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura. O estado da segurança alimentar e nutricional no Brasil: um retrato multidimensional – Relatório 2014. Brasília: Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura; 2014 [Citado 2017 maio 06]. Disponível em: <http://www.fao.org.br/download/SOFI_p.pdf>.
2. Jannuzzi PM, de Souza MF. Pobreza, desigualdade e mudança social no Brasil de 1992 a 2014: tendências empíricas para análise dos efeitos do Plano Brasil sem Miséria e da estratégia brasileira de desenvolvimento inclusivo. In: Brasil. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação. Cadernos de estudos: desenvolvimento social em debate; n. 25. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome; 2016. p. 22-55 [Citado 2017 maio 08]. Disponível em: <http://www.social.mg.gov.br/images/documentos/capacita_suas/Material_consulta/Caderno%20de%20Estudos%20SAGI%20MDS_25.pdf>.
3. Food and Agriculture Organization of the United Nations. The state of food insecurity in the world 2014. Strengthening the enabling environment for food security and nutrition. Rome: Food and Agriculture Organization of the United Nations; 2014 [Citado 2017 maio 10]. Disponível em: <<http://www.fao.org/3/a-i4030e.pdf>>.
4. Brasil. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Pesquisa de Orçamentos Familiares 2008-2009: análise do consumo alimentar pessoal no Brasil. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística; 2011 [Citado 2017 abr. 28]. Disponível em: <<http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv50063.pdf>>.
5. Brasil. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Diretoria de Pesquisas. Coordenação de População e Indicadores Sociais. Pesquisa Nacional de Saúde do Escolar 2015. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística; 2016 [Citado 2017 maio 02]. Disponível em: <<http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv97870.pdf>>.
6. Lobstein T, Jackson-Leach R, Moodie ML, Hall KD, Gortmaker SL, Swinburn BA, et al. Child and adolescent obesity: part of a bigger picture. *Lancet*. 2015; 385(9986):2510-20.
7. Associação Brasileira de Saúde Coletiva. Nota Abrasco “Para enfrentar a obesidade é necessário fazer muito mais que descascar alimentos in natura” [Internet]. Rio de Janeiro: Associação Brasileira de Saúde Coletiva; 2017 [Citado 2017 maio 02]. Disponível em: <<https://www.abrasco.org.br/site/noticias/institucional/nota-abrasco-para-enfrentar-a-obesidade-e-necessario-fazer-muito-mais-que-descascar-alimentos-in-natura/27604/>>.
8. Brasil. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. Lei nº 11.346, de 15 de setembro de 2006. Cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – SISAN com vistas em assegurar o direito humano à alimentação adequada e dá outras providências. Brasília: Diário Oficial da União; 2006 [Citado 2017 maio 06]. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11346.htm>.
9. Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas. Repercussões do Programa Bolsa Família na segurança alimentar e nutricional das famílias beneficiadas. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas; 2008 [Citado 2017 maio 02]. Disponível em: <http://www.ibase.br/userimages/ibase_bf_sintese_site.pdf>.
10. Pinto AR, de Melo LMC, Sardinha LMV. Pobreza e (in)segurança alimentar e nutricional no Brasil: uma análise a

partir das PNAD 2004, 2009 e 2013. In: Brasil. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação. Cadernos de estudos: desenvolvimento social em debate; n. 25. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome; 2016. p. 56-85 [Citado 2017 maio 08]. Disponível em: <http://www.social.mg.gov.br/images/documentos/capacita_suas/Material_consulta/Caderno%20de%20Estudos%20SAGI%20MDS_25.pdf>.

11. Kepple AW, Segall-Corrêa AM. Conceituando e medindo segurança alimentar e nutricional. *Ciênc Saúde Coletiva*. 2011; 16(1):187-99.

12. Rocha NP, Milagres LC, de Novaes JF, Francesquini SCC. Associação de insegurança alimentar e nutricional com fatores de risco cardiometabólicos na infância e adolescência: uma revisão sistemática. *Rev Paul Pediatr*. 2016; 34(2):225-33.